1º Fica aberto o prazo de 10 (dez) dias com início no dia 9 (nove) de novembro de 2026 e término em 18 (dezoito) de novembro de 2026, para inscrições de candidaturas para o cargo de Secretário-Executivo das Promotorias de Justiça Cíveis, nos moldes do que determina o art.66 da lei Complementar Estadual nº 72/2008, devendo os interessados entregarem seus requerimentos diretamente nesta Secretaria-Executiva das Promotorias de Justiça Cíveis, ou através de e-mail (seccv@mpce.mp.br);

2º A eleição acontecerá no dia 25/11/2026 (quarta-feira), no horário de 08h às 12h, através da plataforma microsoft teams.

3º Farão parte da Comissão Eleitoral os Promotores de Justiça: José Aurélio da Silva (presidente), Aulo Silvio Braz Peixoto da Silva (membro), Maria Irismar Farias Santiago (membro), a Comissão terá como secretária a servidora Jamille Pontes de Araújo;

4º Votarão apenas os Promotores de Justiça titulares;

5º O voto será aberto, sendo eleito o candidato com maior número dos votos válidos, excluindo brancos e nulos;

6º A posse dar-se-á em 1º de janeiro de 2027, bem como o devido início do exercício na função;

7º Nos termos do art 66 da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, o mandato terá a duração de 01 (um) ano, sem possibilidade de o candidato ser reconduzido à função antes do rodízio estabelecido entre os Promotores de Justiça.

Fortaleza, 03 de novembro de 2026.

Emilda Afonso de Sousa
Promotora de Justiça
Secretária Executiva das Promotorias de Justiça Cíveis de Fortaleza

---

Edital Nº 0005/2026/11ª PmJCA
Fortaleza, 3 de novembro de 2026

PGA- Nº 09.2026.00034453-3

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE RESIDENTE

EDITAL Nº 0005/2026/11ª PmJCA

RESULTADO

A 11ª Promotoria de Justiça de Caucaia, por intermédio da Promotora de Justiça titular, no regular exercício de suas atribuições institucionais e
na condução do certame, com fundamento na Resolução nº 246/2022 do Conselho
Nacional do Ministério Público (CNMP), nos Atos Normativos nº 449/2024 e nº
556/2025 da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com as regras
estabelecidas no EDITAL Nº 0001/2026/11ª PmJCA e no EDITAL Nº 0003/2026/11ª
PmJCA, torna público o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado
destinado ao preenchimento de 1 (uma) vaga de residente remunerado de atuação
exclusiva nesta unidade ministerial da candidata aprovada e classificada GABRIELI
FERREIRA LACERDA, para exercício da residência jurídica no Ministério Público do
Ceará e após a publicação será comunicada a Gerência de Estágio da Secretaria de
Gestão de Pessoas do MPCE para convocação e providências de admissão.
Caucaia/CE, 01 de novembro de 2026

RAQUEL BARUA DA CUNHA
Promotora de Justiça

Edital Nº 0005/2026/17ªPmjCAU
Fortaleza, 3 de novembro de 2026

TERMO DE AVISO E NOTIFICAÇÃO POR EDITAL 0005/2026/17ªPmjCAU
Interessado: Denunciante Anônimo
Ref: Notícia de Fato nº 01.2026.00036860-3.
A DRA. REGINA MARIANA ARAÚJO ERMEL DE OLIVEIRA,
Promotora de Justiça em Respondência pela 17ª Promotoria de Justiça de Caucaia,
pelo presente edital, conforme previsão do art. 20, §2º da Resolução nº 036/2016-OECPJ,
tendo em vista a denúncia anônima registrada pela Secretaria Executiva das Promotorias
de Justiça de Caucaia, estando o(a) denunciante em local incerto e desconhecido, FAZ
SABER, aos que o presente EDITAL virem ou dele tiverem notícia, que a Notícia de
Fato nº 01.2026.00036860-3 foi arquivada, conforme despacho ministerial às fls.
29/30 do referido procedimento. Considerando que o(a) interessado(a) é denunciante
anônimo, mandou a Exma. Promotora de Justiça expedir o presente termo de aviso e
notificação por edital, com prazo de publicação de 30 (trinta) dias, pelo qual fica o(a)
sobredito(a) interessado(a) devidamente notificado(a) acerca do ARQUIVAMENTO da
presente Notícia de Fato. Após o prazo de 30 dias, inicia-se o prazo de 10 (dez) dias para
apresentação de recurso administrativo, por analogia ao teor do art. 5º, § 1º, da Resolução
n. 23, do Conselho Nacional do Ministério Público. Para o conhecimento de Vossa
Senhoria, será o presente TERMO DE AVISO afixado na Portaria desta Promotoria de
Justiça, bem como publicado no Diário Oficial do Ministério Público. Dado e passado